

técnico superior de 2.ª classe, da carreira e do grupo de pessoal técnico superior (área de engenharia florestal).

4 de Setembro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Fernando Ceia Biscainho*.

2611047065

Edital n.º 766/2007

Plano de pormenor da Quinta Formosa e da Quinta da Cerca em Portalegre — Elaboração — Discussão pública

José Fernando da Mata Cáceres, presidente da Câmara Municipal do concelho de Portalegre, torna público que depois de ouvidas as entidades representativas dos interesses a ponderar e de acordo com o parecer emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, acerca do Plano de Pormenor da Quinta Formosa e da Quinta da Cerca em Portalegre, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de Portalegre reunida em 13 de Agosto de 2007, nos termos do n.º 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, se procede à abertura do período de discussão pública do referido plano de pormenor.

Mais se informa que o período de discussão pública é de 22 dias, com início 10 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, que os interessados podem consultar a proposta do plano e pareceres emitidos na Divisão de Planeamento e Estruturação Urbana da Câmara Municipal de Portalegre, nas horas normais de expediente, e que devem apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões até ao final do referido período.

31 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Fernando da Mata Cáceres*.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Aviso n.º 17 698/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 3 de Setembro de 2007, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, em conformidade com o n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na sequência de concurso interno de acesso limitado, procedi à nomeação definitiva da candidata Isabel Maria Gaspar Vieira no lugar do grupo de pessoal de chefia, categoria de chefe de secção.

A candidata deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (O processo de nomeação não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

3 de Setembro de 2007. — No uso da competência delegada, o Vereador, *Manuel António dos Reis Brites*.

2611047056

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO

Aviso n.º 17 699/2007

Listas de antiguidade

Para os devidos efeitos e dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que as listas de antiguidade do pessoal do quadro desta Câmara Municipal, organizada nos termos dos artigos 93.º e 94.º do diploma acima citado, estão afixadas nos respectivos locais de trabalho. Das referidas listas cabe reclamação, no prazo de 30 dias, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

30 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *João António de Sousa Pais Lourenço*.

2611046750

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso n.º 17 700/2007

Concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário da carreira de técnico de animação cultural — Nomeação

Torna-se público que, por despacho de 16 de Agosto de 2007 do presidente da Câmara, foi nomeada, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º

do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para o lugar de técnico de animação cultural de 2.ª classe, a candidata classificada em estágio Maria João Gonçalves Pinto, conforme consta da lista de classificação final de estágio, notificada à interessada, devendo a nomeada apresentar-se a tomar posse no prazo de 20 dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

6 de Setembro de 2007. — O Vereador do Pelouro de Administração e Finanças, *Celestino Augusto Soares Portela*.

2611046771

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Aviso n.º 17 701/2007

Renovação de contratos

Para os devidos efeitos, torna-se público que, de harmonia com os meus despachos de 29 de Novembro de 2006 e de 7 de Fevereiro de 2007, e no uso das competências que me são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, renovo, de acordo com o n.º 2 do artigo 139 da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado por força da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, conjugados com os artigos 10.º e 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, os contratos de trabalho a termo certo com Sílvia Maria Gomes Venâncio, técnica superior de gestão autárquica de 2.ª classe (estagiária), pelo período de um ano, e António José Cunha Matias, técnico superior de 2.ª classe (estagiário), pelo período de três anos.

27 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Maria Moita Flores*.

2611046773

CÂMARA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Aviso n.º 17 702/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de fiscal municipal de 2.ª classe

No uso de competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho proferido em 3 de Setembro de 2007, decidi abrir o concurso em epígrafe, de harmonia com os números seguintes:

1 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 29/2001, de 3 de Fevereiro.

2 — Consulta à BEP — em cumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi consultada a bolsa de emprego público, tendo-se verificado a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial.

3 — Local de trabalho — área do município de Sátão.

4 — Remuneração — a correspondente ao escalão 1, índice 199, fixada actualmente em € 650,23, acrescida das regalias sociais genericamente vigentes para a função pública.

5 — Conteúdo funcional — o expresso no despacho n.º 20/SEA-LOT/94, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Maio de 1994.

6 — Prazo de validade do concurso — esgota-se com o provimento da vaga.

7 — Quota de emprego para pessoas com deficiência — nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

8 — Prazo para apresentação de candidaturas — 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

9 — Requisitos gerais de admissão — os mencionados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, preenchidos até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas.

10 — Requisitos especiais de admissão — os mencionados na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

11 — Forma de apresentação de candidatura — mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Sátão,